

Bolsonaro suspeito de incitar ações golpistas

Moraes atende pedido da PGR e inclui o ex-presidente na investigação sobre atos extremistas, que busca identificar a autoria intelectual dos protestos violentos de domingo. Defesa do ex-chefe do Executivo nega relação dele com manifestação

» RONAYRE NUNES
» ALINE BRITO

O ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal, acatou pedido da Procuradoria-Geral da República (PGR) e vai incluir o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) no inquérito que apura os atos terroristas de domingo passado em Brasília.

A solicitação, feita pelo coordenador do Grupo Estratégico de Combate aos Atos Antidemocráticos, subprocurador-geral da República Carlos Frederico Santos, é para que Bolsonaro seja investigado por instigação e autoria intelectual dos ataques que depredaram os prédios dos Três Poderes.

Na quinta-feira, 79 procuradores e subprocuradores enviaram ao procurador-geral da República, Augusto Aras, um documento pedindo investigação contra o ex-presidente pelo crime de incitação, em decorrência de uma publicação feita por ele no Facebook. Na postagem, apagada horas depois, o ex-chefe do Executivo lança suspeitas infundadas sobre a lisura das eleições, a atuação de ministros do STF e do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e a vitória de Luiz Inácio Lula da Silva. A publicação foi feita na terça-feira, dois dias depois dos ataques aos Poderes.

"Ocupando o mais alto cargo do país, em numerosas oportunidades, ele (Bolsonaro) lançou, sem qualquer respaldo na realidade, dúvidas sobre a higidez dos pleitos, que, aliás, o elegeram ao longo de décadas. Suas falas, portanto, mostraram-se ocupar uma posição de destaque na câmara de eco desinformativo do país", afirmaram os procuradores na representação enviada à PGR.

Evairito Sa/AFP



Bolsonaro será investigado na frente que mira "expositores de teorias golpistas que promoveram a mobilização da massa violenta"

Aras repassou a petição ao subprocurador Carlos Frederico Santos. Em conversa com o **Correio**, o coordenador do Grupo Estratégico explicou que avaliou o documento e entendeu que cabia investigar Bolsonaro. Por isso, o encaminhou ao STF.

"Não se nega a existência de conexão probatória entre os fatos contidos na representação e o objeto deste inquérito (o 4.921). Mais amplo em extensão. Por tal motivo, justifica-se a apuração global dos atos praticados antes

Milícias digitais

Essa não é a primeira apuração sobre atos contra a democracia que atinge o ex-presidente Jair Bolsonaro. Ele também é investigado no inquérito das milícias digitais, que mira a atuação de grupos mobilizados na internet para atacar as instituições.

e depois de 8 de janeiro de 2023 pelo representado (Bolsonaro)", sustentou Santos.

Ele também solicitou ao STF que seja expedida ordem imediata ao provedor de aplicação Meta para preservação do vídeo postado e apagado no perfil do ex-presidente no Facebook.

Bolsonaro será investigado na frente que mira "expositores de teorias golpistas que promoveram a mobilização da massa violenta". A primeira medida sugerida na investigação é

que o tribunal determine a recuperação e o armazenamento do vídeo.

Na decisão, Moraes afirma que o pronunciamento de Bolsonaro, na rede social, "se revelou como mais uma das ocasiões em que o então mandatário se posicionou de forma, em tese, criminosa e atentatória às instituições, em especial o Supremo Tribunal Federal — imputando aos seus ministros a fraude das eleições para favorecer eventual candidato — e o



Ele (Bolsonaro) jamais teve qualquer relação ou participação nestes movimentos sociais espontâneos realizados pela população"

Frederick Wassef,
advogado do ex-presidente

Tribunal Superior Eleitoral, sustentando, sem quaisquer indícios, que o resultado das eleições foi fraudado".

Defesa

Em nota, o advogado de Bolsonaro, Frederick Wassef, afirma que o ex-presidente "sempre repudiou todos os atos ilegais e criminosos e sempre falou publicamente ser contra tais condutas ilícitas, assim como sempre foi um defensor da Constituição e da democracia".

O advogado recorre a um bordo do ex-chefe do Executivo de que "sempre atuou dentro das quatro linhas da Constituição". "O presidente Jair Bolsonaro repudia veementemente os atos de vandalismo e depredação do patrimônio público cometidos pelos infiltrados na manifestação. Ele jamais teve qualquer relação ou participação nestes movimentos sociais espontâneos realizados pela população", sustentou Wassef. (Com Agência Estado)

Pacheco busca a reparação de danos

» ANDREA MALCHER

O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), levou, ontem, à Procuradoria-Geral da República (PGR), uma representação contra os 44 detidos pela Polícia Legislativa durante os atos terroristas contra o Congresso, no domingo. O parlamentar avaliou que punições baseadas na lei são ferramentas para desestimular futuras situações de ameaça democrática. Ele pediu a manutenção da prisão dos extremistas e o bloqueio de bens deles.

No documento, há o detalhamento das armas usadas nos ataques e um levantamento preliminar dos prejuízos causados à estrutura e ao mobiliário da Casa. A estimativa é que os estragos no Senado somem R\$ 4 milhões, entre vidros quebrados, materiais de defesa da Polícia Legislativa, obras de arte, carpete e pisos danificados, bem como computadores quebrados.

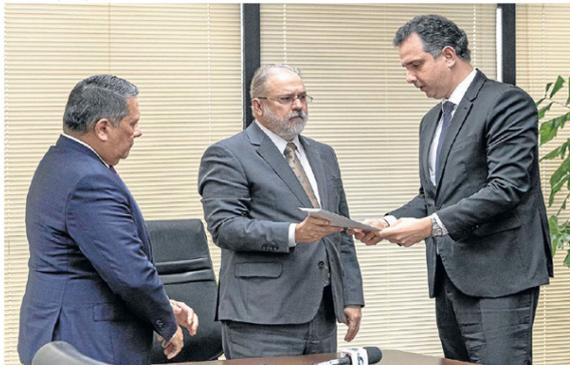
Pacheco defendeu que medidas sejam tomadas para que

os responsáveis arquem com os prejuízos que causaram. "No âmbito penal, as medidas cautelares, como o bloqueio de ativos, aquilo que couber, serão importantes para garantir a reparação do dano. Porque não é justo que o povo brasileiro pague pelos danos cometidos por uma minoria extremista que pretendia fazer um golpe no país", enfatizou o senador.

Para Pacheco, outro grupo que deve ser responsabilizado é o de parlamentares suspeitos de envolvimento nos atos. "Nosso desejo é que haja empenho de todo o Ministério Público Federal, desde o procurador da República até todas as instâncias nos estados para atuar em repressão a esses fatos, e evitarmos que outros fatos como esse possam acontecer a partir de algum sentimento de impunidade que possa surgir", acentuou.

Ao receber a representação, o procurador-geral da República, Augusto Aras, garantiu que está comprometido com

Leonardo Prado/SECOP/MPF



a apuração e a identificação dos responsáveis e que, até o início da próxima semana, vai mover processo penal e ações cautelares contra aqueles já identificados.

"Este procurador-geral constituiu grupos de trabalho para a identificação da autoria e da

materialidade dos fatos ilícitos cometidos, sejam aqueles meramente danosos, ou aqueles preparatórios e com sublevação do regime. Adotaremos providências imediatas", frisou.

Aras, nomeado para o cargo pelo então presidente Jair Bolsonaro, teve uma semana tensa.

Pressionado por membros do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), ele criou, na terça, a Comissão Temporária para Defesa da Democracia, formada por 116 procuradores e de duração mínima de um ano.

O CNMP levou em consideração a missão constitucional do

Presidente do Senado entrega a Aras o pedido de bloqueio de bens dos extremistas

Ministério Público de defender a ordem jurídica e o regime democrático para instituir o grupo, formado em menos de 48 horas após os vandalismos de domingo. A PGR solicitou também informações sobre providências adotadas pelo Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT) e pela Procuradoria da República do DF (PRDF).

Na quarta-feira, Aras estebeceu o Grupo Estratégico de Combate aos Atos Antidemocráticos, que ficará responsável por "coordenar as ações e o trabalho de investigação dos crimes tanto junto ao Supremo Tribunal Federal (STF) quanto às demais instâncias de atuação do Ministério Público Federal (MPF), respeitada a independência funcional dos membros". O subprocurador-geral da República, Carlos Frederico Santos, coordena o grupo.

Aras é alvo de críticas desde que assumiu a PGR por não dar andamento a pedidos de investigação contra Bolsonaro.

Ibaneis rebate acusações na PF

Em depoimento espontâneo à Polícia Federal, o governador afastado do DF disse que manteve o ministro Flávio Dino informado dos protestos. Ele acusou Anderson Torres de enganá-lo, e o Exército de não colaborar com a retirada dos acampados em frente ao QG

» RAPHAEL FELICE
» SAMANTA SALLUM

O governador afastado do Distrito Federal, Ibaneis Rocha (MDB), foi ontem, de forma espontânea, à Polícia Federal, para prestar depoimento sobre os atos de violência do último domingo, na Praça dos Três Poderes. Ele se defendeu das acusações de inação e de que as forças de segurança do DF não atuaram de forma eficaz para conter a depredação das sedes dos Três Poderes. O governador afirmou que não houve omissão do GDF para conter os atos terroristas e revelou que manteve contato com o ministro da Justiça, Flávio Dino, desde a manhã de 8 de janeiro. Ele entregou à PF mensagens de WhatsApp e e-mails trocados com Dino, com o então secretário de Segurança Pública local, Anderson Torres, e com o interino no cargo, Fernando Oliveira.

O depoimento durou mais de duas horas. Ele deixou o edifício da PF pela garagem e não falou com a imprensa. Mais tarde, o governador disse ao **Correio**, com exclusividade, que o depoimento foi "excelente".

"Espero ter deixado claro que não tive qualquer envolvimento, seja por ação ou por omissão, com os fatos ocorridos no domingo", declarou.

A defesa do governador usa como base dois documentos para afastar a tese de que ele teria se omitido. Os advogados apresentaram um documento assinado pelo próprio Flávio Dino para refutar as declarações dadas pelo ministro ao longo da semana de que o GDF não montou um plano operacional robusto de segurança para conter os protestos que vinham sendo propagandeados nas redes sociais.

No documento, o ministro aponta que uma investigação da Polícia Federal havia informado sobre a possibilidade de os prédios dos ministérios, do Supremo Tribunal Federal (STF), do Palácio do Planalto, do Congresso Nacional e do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) serem alvos de ações violentas. No entanto, o ofício enviado pelo Ministério da Justiça e da Segurança Pública (MISP) solicitava apenas o bloqueio da circulação de ônibus de turismo na Esplanada dos Ministérios, mas não pedia para proibir a circulação de pessoas entre a Torre TV e a Esplanada.

"Em nenhum momento esteve proibida a circulação de pessoas no local. A contenção estava prevista apenas para a Praça dos Três Poderes. Está havendo uma confusão sobre isso e estamos esclarecendo", disse o advogado Cleber Lopes a coluna **Evo Capital**, do **Correio**. Ibaneis manteve a sua versão de que foi elaborado um plano de ação para conter as manifestações, diferentemente das declarações feitas por Dino (**veja abaixo**).

"Os documentos provam que foi elaborado, sim, o devido plano operacional, em que o STF, inclusive, foi alertado de que deveria reforçar as grades de proteção no prédio", destaca o advogado Cleber Lopes.



O governador afastado do DF, Ibaneis Rocha, deixa o prédio da Polícia Federal após prestar depoimento sobre os ataques de domingo



Espero ter deixado claro que não tive qualquer envolvimento, seja por ação ou por omissão, com os fatos ocorridos no domingo"

Ibaneis Rocha, governador afastado do DF

Interferência no QG

Ibaneis Rocha culpou o Exército pela permanência dos acampamentos golpistas em frente ao Quartel-geral da Força, no Setor Militar Urbano. No depoimento, o governador afastado afirmou que agentes do DF Legal e da Polícia Militar não concluíram a retirada das barracas por interferência de militares.

Como a área do QG é administrada pelo Comando do Exército, o governador disse que "o GDF manteve contato com comandantes militares para organizar uma retirada pacífica dos acampados" e que foi definido o dia 29 de dezembro como data da operação.

Segundo Ibaneis, "algumas barracas chegaram a ser retiradas, mas o DF Legal, auxiliado pela Polícia Militar, não conseguiu terminar todo o trabalho de retirada em razão da oposição das autoridades militares". "Por parte do GDF, os contatos com o Comando do Exército ficavam a cargo, exatamente, da Secretaria de Segurança, que coordenava as ações do DF Legal e da Polícia Militar", complementou.

No depoimento, ressaltou ainda que o governo federal tinha conhecimento da "oposição" dos militares com relação à retirada dos acampamentos

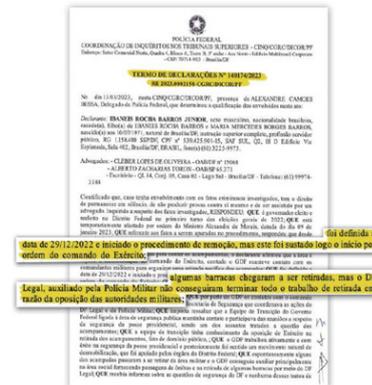
golpistas, e que a informação era "de conhecimento público".

Sabotagem

O governador seguiu a estratégia de sua defesa de colocar o ex-secretário de Segurança do DF Anderson Torres — exonerado no dia dos atos golpistas — na fogueira. No depoimento, relatou que, na véspera dos atentados, telefonou para Torres para checar informações sobre a movimentação dos manifestantes que estavam acampados desde o fim do segundo turno das eleições, em 30 de outubro. No entanto, o ex-ministro da Justiça de Jair Bolsonaro (PL) estava nos Estados Unidos — dois dias antes da data programada para as férias —, e repassou "imediatamente" o telefone do secretário de Segurança Interino, Fernando de Souza Oliveira.

Segundo o governador, Oliveira o tranquilizou sobre a possibilidade de manifestações violentas e que, no dia 8, foi informado por ele, em dois momentos — por volta das 9h30 e perto das 13h30 —, que estava "tudo tranquilo".

"Ele [Fernando Oliveira] disse que os manifestantes estavam descendo do SMU de forma controlada, escoltados pela polícia, afirmando ter feito negociação para descerem de forma pacífica, organizada e



Ibaneis disse à PF que militares impediram remoção do acampamento

acompanhada". Ibaneis declarou ainda que o secretário interino enviou outra mensagem de áudio afirmando que tudo estava "bem tranquilo, bem ameno, uma movimentação bem suave e a manifestação totalmente pacífica. Até agora, nossa inteligência está monitorando, não há nenhum informe de questão de agressividade ligada a esse tipo de comportamento".

O governador relatou aos investigadores que todas as informações que recebia do secretário de segurança eram encaminhadas imediatamente ao ministro da Justiça, Flávio Dino. O advogado de Ibaneis, Alberto Torres, afirmou ainda que foram entregues mensagens e trocas de e-mail com Dino, Torres e Oliveira que, segundo a defesa, eximem a culpa do emedebista.

Outra estratégia abordada pela defesa de Ibaneis Rocha aponta que ele teria sido enganado pelo ex-secretário de Segurança do DF e ex-ministro da Justiça de Bolsonaro Anderson Torres, que teria sabotado o sistema de segurança pública. Durante o julgamento do Supremo Tribunal Federal (STF), em 12 de janeiro, quando se decidiu pela manutenção do afastamento do governador, os advogados mencionaram declaração do interventor da segurança no DF Ricardo Capelli, sobre a suposta sabotagem promovida por Torres.

O governador afastado declarou ainda que passou a acompanhar o noticiário jornalístico pela televisão e, quando viu o início do quebra-quebra próximo ao Congresso Nacional, disse ter entrado em contato com o

interino para ordenar que colocasse toda a força de segurança do DF na rua. "Tira esses vagabundos do Congresso e prende o máximo possível", exigiu Ibaneis, segundo depoimento à PF.

Ibaneis também relatou que não tinha informação sobre as férias de Anderson Torres e que o fato de o ex-secretário estar fora do país "no momento do trágico acontecimento" o fez perder a confiança nele. O **Correio** apurou que o governador ligou para Torres via WhatsApp informando o sobre sua exoneração. Os dois então entraram em um bate-boca e o ex-ministro de Bolsonaro teria desligado o telefone "na cara" de Ibaneis Rocha.

"Confraternização"

Durante o depoimento, Ibaneis ainda declarou ter ficado "revertido" com as imagens de policiais militares filmando o quebra-quebra promovido pelos Bolsonaroistas radicais em vez de tentar conter a depredação dos palácios do Planalto, do Congresso Nacional e do Supremo Tribunal Federal. Ao ver os agentes "confraternizando com os manifestantes", Ibaneis passou a entender que havia sido alvo de uma "sabotagem" e afirmou que nunca integrou ou foi "conivente com qualquer tipo de associação criminoso voltada a atos terroristas".

Disse ainda que tinha todos os poderes para tomar as providências necessárias para garantir a "segurança da manifestação" e a retirada dos terroristas. Afirmou ainda que o apoio do Exército foi feito pelo Ministério da Justiça "no calor dos acontecimentos". O governador também afirmou que "desconhecia, antes da ocorrência dos fatos, que estes seriam violentos e antidemocráticos", disse que tinha plena confiança na PM e citou a segurança da posse de Lula como um evento de sucesso na atuação da corporação.

Ibaneis, que se aliou a Bolsonaro nos últimos quatro anos, afirmou que nunca desconfiou da lista das urnas eletrônicas e do resultado das eleições, que entrou em contato com o governo de transição para ajudar "no que fosse necessário". Ibaneis também afirmou que, após o resultado das eleições, "nunca mais" esteve com o ex-presidente Jair Bolsonaro e se empenha na criação de uma relação republicana com a atual Presidência da República. Também se pôs à disposição da polícia para mais esclarecimentos, se necessário.

Inquirido

Na manhã de ontem, enquanto Ibaneis prestava depoimento na PF, o ministro do STF Alexandre de Moraes abriu um novo inquérito contra o governador afastado. Moraes mandou apurar a possível omissão do ex-secretário de Segurança do DF Anderson Torres nos atos de vandalismo na Praça dos Três Poderes. Antes de assumir a pasta no Buri, Torres foi ministro da Justiça de Bolsonaro. A decisão da abertura de inquérito contra Ibaneis e Torres foi publicada ontem, no **Diário de Justiça**.

Dino alertou sobre possíveis distúrbios

Em 7 de janeiro de 2023, o Ministério da Justiça e Segurança Pública (MISP) enviou um ofício ao governador afastado Ibaneis Rocha informando sobre a possibilidade de os atos feitos por Bolsonaroistas radicais serem violentos. O comunicado repassava ao GDF uma investigação feita pela Polícia Federal sobre "uma intensa movimentação de pessoas que, informadas com o resultado das Eleições 2022, estão organizando caravanas de ônibus para se deslocarem até Brasília-DF". O ofício enviado por Dino ressalta a possibilidade de uma

escalada dos ânimos no ato dos apoiadores de Bolsonaro e a necessidade de proteger as sedes das instituições da República.

"Segundo relatado, o referido movimento teria a intenção de promover ações hostis e danos contra os prédios dos ministérios, do Congresso Nacional, do Palácio do Planalto, do Supremo Tribunal Federal e, possivelmente, de outros órgãos, como o Tribunal Superior Eleitoral", apontava o ofício público assinado por Dino.

O documento solicitava ainda o bloqueio da circulação de

ônibus no perímetro entre a Torre de TV e a Praça dos Três Poderes, entre os dias 8 e 9 de janeiro, e colocava o MISP e as forças federais à disposição, caso houvesse necessidade.

Já o documento assinado pela Secretaria de Segurança Pública do DF tratava de um plano de ação para conter os atos. O memorando descrevia um plano de operação para as manifestações, com integração de 14 órgãos, incluindo Senado e Câmara dos Deputados. O plano tático do GDF impedia apenas o acesso

de pessoas à Praça dos Três Poderes, mas não fazia restrições para a Esplanada dos Ministérios, onde começou a invasão ao Congresso Nacional.

Inicialmente, a PMDF ficou responsável por três ações principais: acompanhar o ato durante todo o itinerário com o objetivo de manter a ordem e a segurança pública; ficar em condições de empregar tropa especializada em controle de distúrbio, no caso de perturbação da ordem; e não permitir acesso de pessoas e veículos à Praça dos Três Poderes.



Bolsonaristas saíram em marcha da porta do QG do Exército

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Correio Braziliense - Brasília/DF

Seção: Política **Página:** 2 a 4